

## OS DISCURSOS DA AUTONOMIA E DA SOBERANIA ALIMENTAR NAS VOZES QUE COMPÕEM O SERTÃO DO PAJEÚ PERNAMBUCANO.

**Marcilio Batista Magalhães Moura**

<sup>1</sup>Mestrando em Geografia da Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, Ceará.  
[marcilio.mmouraa@gmail.com](mailto:marcilio.mmouraa@gmail.com)

**Emilio Tarlis Mendes Pontes**

Prof. Dr.do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, IFCE, Quixadá, Ceará.  
[tarlispontes@gmail.com](mailto:tarlispontes@gmail.com)

80

### RESUMO

O presente trabalho é uma contribuição que resulta das discussões iniciadas na pesquisa monográfica de graduação, enquanto discente do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e conseqüentemente, pautado na continuidade dos estudos sobre o tema desenvolvidos no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo). O estudo desenvolveu-se no assentamento Laginha (Serra Talhada/PE), localizado na mesorregião do sertão do Pajeú de Pernambuco, sendo embasado no discurso da convivência com o semiárido e no eixo que compreende as tecnologias sociais, tendo como elemento central investigação e discussão sobre a existência de um processo atrelado a apropriação das políticas públicas e/ou metodologias da convivência com o semiárido, que permitia aos residentes nos territórios semiáridos pernambucanos novos arranjos produtivos e novas dinâmicas de vida, tornando-os cidadãos autônomos e/ou soberanos da ordem hídrico-alimentar.

**Palavras-chave:** Tecnologias Sociais; Assentamentos Rurais; Segurança Hídrica; Semiárido.

### ABSTRACT

The present work is a contribution that results from the discussions started in the undergraduate monographic research, while a student of the degree course in Geography at the Federal University of Pernambuco (UFPE), and consequently, based on the continuity of studies on the subject developed within the scope of the Laboratory of Studies on Space, Culture and Politics (LECgeo). The study was developed in the Laginha settlement (Serra Talhada/PE), located in the mesoregion of the sertão do Pajeú de Pernambuco, based on the discourse of coexistence with the semiarid region and on the axis that comprises social technologies, having as a central element investigation and discussion. about the existence of a process linked to the appropriation of public policies and/or methodologies of coexistence with the semi-arid region, which allowed residents in the semi-arid territories of Pernambuco new productive arrangements and new dynamics of life, making them autonomous citizens and/or sovereigns of the order water-food.

**Keywords:** Social Technologies; Rural Settlements; Water Security; semiarid

### INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, avultou-se o debate em torno de aspectos pertinentes ao semiárido, essa abertura teórica, e conseqüentemente política, permitiu o desbravamento das problemáticas regionais, das implicações do modelo capitalista de desenvolvimento, bem como das questões hídricas e alimentares, palatáveis a amplitude regional semiárida e que caracteriza-se no centro das discussões políticas, econômicas e sociais Brasileiras.

Nesse contexto, de conhecimento, problematização e debates permanentes, ocorridos entre a classe política, a população residente, organizações sociais e outras entidades, foram surgindo políticas públicas aplicadas, das quais destacam-se as tecnologias de uso social, que visam mitigar e/ou suavizar as problemáticas enfrentadas pela população, de mesmo jeito que, pretendia colaborar com a qualidade de vida das pessoas inseridas na delimitação, seja no tocante a melhoria territorial, ao acúmulo e melhor gestão dos recursos hídricos e/ou geração de renda.

Sendo assim, ressaltamos que estamos nos remetendo a uma região político administrativa, que tem sua construção conceitual e territorial, pautada no imaginário social e científico, perpassando ainda pelo rompimento de paradigmas e de algumas narrativas literárias, entre os exemplo clássicos dessa ambientação, temos a obra: “os sertões” de Euclides da Cunha, que contribuiu de sobremaneira para a contagem da história e a criação de um imaginário sertanejo, culminando na compreensão do semiárido Brasileiro como uma região problema. Dessa maneira, essas narrativas remontam a história do sertão semiárido nordestino, com base nas mazelas sociais e no seu clima, como os principais responsáveis pelo atraso e dificuldades vivenciadas nesta porção do território nacional, relegando os demais fatores que compuseram a construção dessa realidade.

Essa ideia de sertão semiárido, que permeou o pensamento social e político no imaginário nacional, acabou por homogeneizar o semiárido como uma região de dificuldades sociais e produtivas, dentro de uma lógica que seus elementos peculiares de ordem física e social, soassem uníssonos no território nacional, ou seja, assemelhando as características do sertão central do Ceará aos elementos encontrados no sertão de Pernambuco e outras porções semiáridas Brasileiras. Destarte, a problemática e as características do semiárido são diversas, visto a vasta porção ocupada no território nacional, podendo ser apontados como elementos, que compõem uma análise integrada da formação e desenvolvimento do território sertanejo: a estrutura fundiária, o latifúndio, o modelo de desenvolvimento e o acesso desigual aos recursos hídricos, entre outros.

O Semiárido Brasileiro, segundo a delimitação (Figura 1) deliberada pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE através das resoluções 107 e 115/2017, possui a abrangência de 1.262 municípios brasileiros, compostos por representantes do 09 (nove) estados nordestinos e noutros localizados ao norte de Minas Gerais. A circunscrição é definida com base em aspectos técnicos, físicos e sociais, com intuito de criar um espaço que contemplasse os municípios assolados diretamente com as problemáticas das estiagens e do déficit hídrico, obedecendo ainda aos padrões impostos pela escala de semiaridez.

Figura 1: Mapa com a delimitação da Região Semiárida Brasileira



Fonte: SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, 2017.

Salienta-se que o recorte técnico, faz parte de um elemento político no semiárido, seja no sentido das reivindicações advindas dos municípios inseridos, bem como das ações governamentais e/ou destinações de verbas para mitigar ou suavizar as problemáticas regionais, dessa área extensa geograficamente e cheia de peculiaridades.

O território semiárido, apresenta ainda, uma estreita relação com os eixos que compõem o campo climático, devido aos parâmetros utilizados nas classificações técnicas e científicas, usadas para definir as áreas inseridas nesse recorte. É necessário ressaltar, que são levados em consideração pelos técnicos os elementos como: a circulação geral da atmosfera, a pluviosidade anual inferior aos 800mm, índices de aridez da escala de Thornthwaite e o percentual hídrico, que são comuns as cidades, aos municípios e estados inseridos na delimitação. As características citadas, contribuem com a elegibilidade dos municípios na circunscrição territorial do semiárido, que está a cargo do Ministério da Integração Nacional.

As questões climáticas e técnicas, dão perspectivas palpáveis as dificuldades enfrentadas neste território e configuram como um elemento de suma importância, para tratar doutros fatores que compõem as entranhas regionais, tais como: a estrutura de exploração e de crescimento econômico, os processos políticos decisórios e as perspectivas históricas locais, que desembocam nas diferentes vertentes que contribuem para a construção do mosaico social, histórico e político, encontrados no Semiárido Brasileiro.

O desenvolvimento teórico sobre o paradigma da convivência com o semiárido, apresentam conformação recente e existe uma profusão de boas produções, que retratam as ideias e os desdobramentos desse paradigma na região semiárida Brasileira. As bases da convivência, tendem promover mudanças de ordem ambiental, social e econômica para os residentes no semiárido ao proporcionar um modelo de desenvolvimento sustentável. O viés político, carregado nas entranhas do discurso do paradigma, tem o poder de colocar os sujeitos em evidência, ao propor que os mesmos sejam protagonistas da vida no semiárido, levantando ideias viáveis e se apropriando doutras, configurando uma troca de experiências e saberes, entre o técnico-científico e o empírico.

Nesse sentido, a convivência é um paradigma que surgiu em contraposição às políticas de combate à seca, que perduraram por anos no semiárido brasileiro, mas que, em nenhum momento, resolveram integralmente as recorrentes problemáticas sociais, econômicas e hídricas que assolavam a região. Sendo assim, a proposta é aplicar as ideias da convivência nas terras secas do Nordeste, como uma alternativa de desenvolvimento ao território semiárido, que por muito tempo foi alvo de medidas deslocadas e que visavam colher dividendos econômicos e políticos, não beneficiando a totalidade da população.

A compreensão de conviver com o semiárido é ampla e traz consigo ideias diferenciadas, que levam consideração aspectos constitutivos ao projeto e ações que surgirem em diferentes áreas do semiárido. Conforme Baptista (2013, p.64) “viver, produzir e desenvolver-se, não dentro de uma mentalidade que valoriza e promove a construção de bens, mas sim enfatiza a partilha, a justiça e a equidade, querendo bem a natureza e cuidado de sua conservação”. Outra concepção do paradigma, é levantada por Silva (2008, p. 188-189), que concebe a convivência como: “uma proposta cultural que usa contextualizar saberes e práticas (tecnológicas, econômicas e políticas) apropriadas a semiaridez, reconhecendo a heterogeneidade de suas manifestações sub-regionais”

No contexto das mudanças ocorridas, a partir do advento teórico do paradigma da convivência com o semiárido e a formulação de políticas públicas apropriadas as condições da região, surgiram em benefício da população - especialmente a rural – metodologias de fácil apropriação ou as tecnologias sociais apropriadas (SILVA, 2008; BAPTISTA, 2013; INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2004). Essas, a primeiro momento, chegam aos residentes com intuito de promover acesso à água, melhorias produtivas ou geração de renda, mas quando analisadas de forma congregada nos territórios de implementação, apresentam potencial de ir muito além da questão hídrica (PONTES 2010; 2014).

O modelo de desenvolvimento pautado nos eixos da convivência, tem propiciado as famílias beneficiadas a construção de uma nova realidade ou adaptação da existente, com incremento de meios sustentáveis e que permitem uma melhor qualidade de vida. O paradigma em curso na região, contraposto ao modelo hegemônico, propõe viabilizar um semiárido a partir de três contextos: o modelo participativo e sustentável, a teia de tecnologias congregadas na convivência e o assessoramento aos agricultores, possibilitando assim, distintos usos do território e novos arranjos produtivos, fugindo das amarras impostas pelas barreiras climáticas e políticas presentes na região.

Considerando que o paradigma, suscita o protagonismo dos atores sociais, que viabilizam e vivem, no sentido tácito da palavra o semiárido, percebe-se que a obtenção do recurso hídrico e a apropriação das famílias possibilitam as famílias, não só a segurança hídrica, mas a garantia de qualidade de vida, através da construção de projetos de desenvolvimento que tornem a região economicamente viável, a partir do reconhecimento das

potencialidades do semiárido. Vale salientar, que esse novo momento necessita a transposição das querelas políticas e das estiagens naturais que acometem a região.

O modelo baseado na convivência, busca implementar políticas públicas na região, de modo que os beneficiários, sejam gestores dos bens, que estão nos assentamentos oriundos da reforma agrária e respectivamente dos territórios rurais semiáridos. Sendo assim, a perspectiva proposta pelo eixo da convivência e de todas as tecnologias apropriadas, tendem a proporcionar aos agricultores e beneficiários, o protagonismo no território rural, podendo suscitar aos mesmos, a partir da análise conjuntural das políticas públicas, uma condição de senhor autônomo e/ou soberano. Assim, a ideia central é promover um debate teórico que gire entorno do papel desempenhado pelas tecnologias sociais na vida dos residentes no semiárido, como isto é visto no assentamento estudado e por fim como esses elementos se encaixam nas conceituações de autonomia e soberania.

### **O SEMIÁRIDO SOB A ÓTICA DA AUTONOMIA E DA SOBERANIA ALIMENTAR**

A compreensão das novas ações desenvolvidas no semiárido brasileiro, perpassa pelo reconhecimento da dialogicidade de três entes atuantes na região: o estado, as redes de organizações e os agricultores. Os três são entendidos como pilares ramificados, que desembocam no que Guivant (1994) convencionou como atores sociais e que vai ser explicitado em Galindo (2008), quando são feitas abordagens dos diferentes entes pessoais e profissionais que compõem a convivência com o semiárido. Porém, dentro dos domínios extensivos, dos conflitos de ideias e das diferenças observadas na região, a adoção de uma terminologia ou conceituação para designar um processo de transformação apresenta uma complexidade, requerendo uma análise das comunidades rurais, das práticas sustentáveis e do conjunto das tecnologias sociais implementadas nos territórios rurais.

A ambientação dessa discussão no semiárido, permite uma análise das ações mitigadoras envolvidas no desenvolvimento de políticas públicas que tendem a condicionar novas práticas sustentáveis. Dessa forma, considera-se aqui duas conceituações, como contribuições discursivas para compreensão do processo que desenrola-se na região, o da autonomia e da soberania. Vale salientar, que ambos são pertinentes e podem ser considerados Inter complementares, mas ecoam vozes de interlocutores diferentes e nesse sentido podem apresentar divergências discursivas, na abordagem e nas ações traçadas.

Abordar o contexto de empoderamento dos agricultores, a partir do uso e beneficiamento das tecnologias sociais, empregando a estes o conceito de autonomia, é o reflexo da utilização do mesmo, como um dos objetivos da Declaração do semiárido, divulgada no Recife, no ano de 1999. Ressalta-se que a discussão sobre o tema nos trabalhos de relacionados ao semiárido ainda é incipiente, fazendo-se necessária a busca de fontes teóricas noutras áreas, para não caricaturar a população residente ou tratar essa extensa região a partir de signos ou imagens comumente levantadas nos discursos teóricos.

Dessa forma, parte-se das contribuições de Galindo (2008) que faz uma abordagem sobre intervenção rural e autonomia reportando-se a experiência da Articulação com o Semiárido Brasileiro (ASA). Dentre as questões levantadas, a autora traz a indicação de que no debate da autonomia, faz-se necessário, primeiro compreender o sujeito abordado e como ele está concebido no espaço de ação e nas diferentes dimensões. Apesar de estar ambientado nas discussões suscitadas por Galindo (2008) é válido considerar, que busca-se perpassar pelas

entranhas do conceito, afim de demonstrar se o conceito puro de autonomia evidencia o processo em curso na região e se o mesmo consegue ter a carga representativa para os três entes atuantes no semiárido.

Considerando que o ser humano, o grupo ou classe social no qual está inserido tendem a ser agentes essenciais ao desenvolvimento de sua vida e conseqüentemente de sua própria autonomia, considera-se estes participantes ativos na construção de um modelo de sociedade que desejam e estariam sob a lógica encontrada no projeto revolucionário pautado no âmbito do fazer (CASTORIADIS, 1982).

Na ideia da transformação da sociedade e do ser humano como protagonista ativo desse papel, pautado nas ideias encontradas no projeto revolucionário de Castoriadis, vem à tona uma perspectiva palpável do semiárido, historicamente tida como uma região problema, mas que vem vivenciando um momento de transformação e que, dentro dessa racionalidade, encontra-se nela, os agricultores e as redes de entidades representativas, que podem ser configurados como participantes efetivos da construção da sociedade a partir da convivência com o semiárido, que está espacializada nesse contexto e que promove outras possibilidades de desenvolvimento. Tal entendimento parte do princípio que o projeto da convivência tem elementos que são vitais na transformação da região, que são a orientação das práxis e a valorização da ação autônoma dos sujeitos (GALINDO, 2008).

Outro âmbito abordado é dos atores sociais no espaço político, ou seja, a concepção dos sujeitos no debate da autonomia. Dessa forma, essa menção remete ao campo de pesquisa e aos diferentes sujeitos inseridos sobre esse espaço geográfico e que se identificam e utilizam do território ora de modos convergentes, ora divergentes e nessa perspectiva são atores e agentes de transformação social e política da área que residem ou usam comumente, já que os considerados sujeitos sociais praticariam seus projetos de vida (FERNANDES 2006; GALINDO 2008).

Analisar o semiárido sob a ótica política seria partir das dinâmicas formativas da sociedade e da pluralidade de possibilidades e articulações que podem ser feitas entre seus elementos e que em certo sentido desembocam nos aspectos/objetos que compõem e/ou dão sentido ao chamado vazio estrutural que é constituído pelo âmbito social e dimensionam a esfera política, abrindo espaço para conteúdo de preenchimento desse vazio nessa região. Salienta-se que esse vazio nunca estaria constituído ou preenchido, mas seria composto por alguns elementos atrelados as características e significantes que denotariam o espaço e as lógicas aí empreendidas.

Além da dimensão política, quando da análise da autonomia ao contexto do território semiárido em tela, observa-se uma estreita ligação com o desenvolvimento local, com ênfase nas tecnologias sociais encontradas nas comunidades rurais, que desembocarão em sugestivos de práticas produtivas; novos aspectos de distribuição espacial e de fortalecimento do espaço vivido pelos agricultores e mudanças de relações socioterritoriais. Nesse contexto, parte-se do princípio que os subsídios das tecnologias e assessoramento podem gerar a emancipação do sujeito ou do coletivo no ambiente a qual ele se insere. Logo, o cume desse processo seria um governo por próprios meios e a autonomia o momento final, ou seja, de independência, concebido na utilização eficiente dos recursos obtidos.

Nesse aspecto, Souza (2000, p. 106,) indica que:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra o defender e gerir livremente o seu território. Catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos cuja a acessibilidade se dá potencialmente de maioria igual para todos.

A afirmação supracitada traz à tona a questão da defesa e gestão livre do território, aspectos presentes na vida das comunidades semiáridas, principalmente a primeira, já que em alguns casos a localização de comunidades tradicionais em maior número são de interesse do capital e dos grandes empresários. Ainda sobre a gestão livre do território, esse mudaria de acordo com a localização, tamanho e espaço destinado, além da condição que o ser humano ocupa na terra, pois numa análise a priori entre condições de assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais a gestão estaria ameaçada pela quantidade de terra e as práxis que deveriam ser seguidas.

Buscar elementos de autonomia no semiárido foi uma tarefa árdua, devido a todos os percalços que envolvem o processo, já que o conceito puro de autonomia parece estar intimamente ligado a um campo formal e emerge de um discurso dominante e verticalizado. Em contrapartida, a vivência em campos e eventos suscitaram a existência de outro aspecto, a soberania, capaz de complementar a primeira proposta ou desenvolver um processo análogo a perspectiva conceitual que está assentada a convivência com o semiárido.

Assim, traz-se a proposta conceitual da via campesina que formula a ideia de soberania alimentar com base em elementos relacionados ao conjunto de ações implementados no campo e que garantem às famílias essa proposição. Esses elementos aproximaram-se dos aspectos que desenvolvem-se no semiárido. Essa proposta entende a soberania alimentar como:

O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção [...]  
**A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos.** (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar apud Campos, C; Campos, R., 2007 p. 07) (grifos nossos).

O segundo aspecto – soberania alimentar – explicitaria ramificações entre o cultural, o político e o econômico, apresentando-se como um discurso emergente no semiárido, advindo ou comumente utilizado, por famílias oriundas da agricultura familiar ou de representantes dos movimentos socioterritoriais, que em sua maioria são beneficiados pela teia de tecnologias sociais<sup>1</sup> e pelo assessoramento técnico das ONG's. Sendo os agricultores e membros participantes desses movimentos, responsáveis pela apropriação das tecnologias e práticas e conseqüentemente pelo *feedback* técnico das intervenções realizadas nas comunidades rurais do semiárido.

Rocha (2013, p. 112-113,) apresenta uma visão semelhante a formulada pela via campesina, entendendo que:

Soberania e segurança alimentar constituem o direito de decidir sobre as suas políticas agrícolas e alimentares, e defender sua cultura alimentar das **ameaças da hegemonia capitalista que tende transformar a agricultura em mercadoria**. A soberania é o direito de produzir, trocar e consumir alimento de

1 As tecnologias sociais são concebidas pelo Instituto de Tecnologias Sociais (2004, p. 130) como: "um conjunto de técnicas e procedimentos associados a formas de organização coletiva que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida". A teia de tecnologia configura-se nos espaços onde existem mais de duas tecnologias implementadas e com uso congregado.

acordo com seus costumes, livre de qualquer pressão, seja política ou Econômica. (Grifos nossos)

A menção a ameaça da hegemonia capitalista é um retrato fiel as pressões que sempre foram impostas pelos grandes empresários, políticos e coronéis da região, quando idealizadas as práticas e as atividades produtivas pautadas no discurso do combate à seca que desenvolveriam economicamente os municípios do semiárido. Contudo, essas tentativas sofreram historicamente com o clima e os solos endógenos e dessa forma não obtiveram em larga escala os resultados esperados. No entanto, a pressão capitalista ainda resiste e tenta impor sua lógica produtiva no semiárido, atualmente, ressignificada nas agroindústrias presentes no sertão do São Francisco, especificamente nas ilhas de tecnologia com produção de frutas para exportação em Petrolina-PE (BUAINAIN, 2015).

Campos e Campos (2007, p. 07) versam a respeito do documento da via Campesina, que ao discursar soberania alimentar, considerando que: “defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território”. Quando transpõe-se essa formulação ao semiárido e analisa-se o território em estudado, emergem os camponeses assentados.

#### **A CARACTERIZAÇÃO E INDICAÇÃO DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS INSERIDAS NO ASSENTAMENTO LAGINHA.**

O assentamento Laginha, está localizado no interior de Pernambuco, especificamente na área rural do município de Serra Talhada, a cerca de 18km do núcleo urbano Figura (01). O mesmo, tem sua criação instituída em meados do ano de 2004 e a gestão desse processo foi feita pelo INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Segundo dados do próprio instituto, a área do assentamento é de 736 hectares divididos entre 22 lotes que comportam número igual de famílias assentadas e outras agregadas.

Segundo relato de agricultores, os lotes, possuem em média 52 braças de fundo e 52 braças de largura, sendo importante ressaltar, que as braças equivalem a cerca de 2 metros cada. Dessa forma, as propriedades têm em média 104 metros quadrados, podendo ser vistos nessas conformações territoriais um misto de residências de alvenaria, áreas produtivas particulares, cisternas de programas hídricos e áreas de convivência comum.



*Figura 2: Vista aérea do núcleo urbano do município de Serra Talhada-PE e do assentamento Laginha.*



Fonte: Google Earth, 2017.

Nesta seção do trabalho, serão utilizados alguns elementos encontrados nas visitas de campo, realizadas no assentamento Laginha - Serra Talhada/PE, para ilustrar como no contexto de desenvolvimento da pesquisa, eles fariam a configuração de processo autônomo e/ou soberano.

O Ponto de partida, são as tecnologias sociais de convivência com o semiárido, das quais destacamos o P1MC e a P1+2, dois programas de segurança hídrica desenvolvidos para minimizar os problemas de acesso e conseqüentemente de armazenamento hídrico em cisternas, para uso doméstico e produtivo no semiárido. Contudo, durante o desenvolvimento do trabalho de pesquisa e das visitas de campo, foi explicitando-se, que ao falar de autonomia e soberania dentro do território semiárido, era preciso tratar os elementos encontrados de forma integrada, sendo assim, foi necessário pensar para além das cisternas, ou seja, observar elementos da prática agroecológica, do fogão ecológico, entre outras estratégias desenvolvidas.

As visitas ao assentamento Laginha, ocorreram em Setembro de 2017 e nessa incursão foram identificadas variabilidades de acesso as políticas públicas hídricas entre as famílias. Dessa forma, as realidades vivenciadas nos lotes do assentamento eram diferenciadas, seja no âmbito produtivo, no beneficiamento das cisternas e outros elementos ao longo do terreno. Das parcelas visitadas, uma que merece destaque, devido a profusão de tecnologias sociais, é o lote 01, no qual destacamos a presença das cisternas da P1MC (Figura 03 A), P1+2, Canteiro Mandala (Modelo de pratica Agroecológica) (Figura 03 C), o biodigestor/fogão ecológico e outras estratégias sustentáveis, condensadas apenas num lote, que a diferencia das outras propriedades inseridas no assentamento.

Como parte da teia de tecnologias conferidas neste quinhão, destaca-se a presença de um biodigestor ou biogás (Figura 03 B), atrás da residência principal do lote, que é concebido

para garantir a produção de gás metano, em substituição do butano, auxiliando as famílias no cozimento de alimentos. A técnica é diferenciada e faz o reaproveitamento sustentável do esterco e dejetos animais, que seriam descartados incorretamente e poderiam causar problemas ao ambiente. O biogás é atrelado a um sistema mais complexo, que necessita de uma série de elementos para construção e uma técnica apurada para uso que culminam com as bactérias anaeróbicas gerando o gás (MATTOS, FÁRIAS JUNIOR, 2011).

*Figura 3:(A) Cisterna de placas da PIMC, atrelada ao telhado da casa; (B) Biodigestor/biogás ou fogão ecológico e (C) Canteiro Mandala, com a criação de galinha no meio e pratica Agroecológica no entorno.*



Fonte: Moura (2017)

Em geral, a área destacada, sobressai e é tido como um espaço diferenciado com base em dois aspectos: O primeiro deles, o camponês pelo desenvolvimento do seu lote, está ligado as entidades de organização e passou a ser experimentador de novas técnicas, exemplo para multiplicação das práticas desenvolvidas na propriedade e para outros agricultores da região. Além disso, a sensatez e as estratégias sustentáveis desenvolvidas pelo chefe familiar, bem como, o conhecimento que este possui da terra, das plantas e dos recursos implementados na sua parcela, são imprescindíveis para o bom desenvolvimento.

Outra parcela visitada, foi o do agricultor 02, a propriedade apresenta 2 cisternas implementadas, ambas em benefício da família do agricultor, sendo a uma de consumo, construída a 04 anos e a outra, cisterna para uso produtivo, remetendo a aproximadamente 1 ano e meio de construção. Segundo o agricultor 02, a primeira água cumpre seu papel de armazenamento seguro e a de produção está refletindo diretamente no momento da família, que está em processo inicial da pratica agroecológica, com canteiro de produção simples, que faz uma alusão ao canteiro mandala, presente na propriedade do Agricultor 01 e que ainda não foi ofertada a família em questão.

e

Figura 4: Cisternas da P1MC e P1+2 encontradas no lote 06. (A) Cisterna de Placas e (B) Cisterna Calçadão.



90

Fonte: Moura (2017).

Assim como nos outros quinhões, é ressaltada a utilização da água de poços, nesse caso o poço amazonas que abastece a família na produção e noutros momentos necessários. Em toda a visita ao agricultor 03, o mesmo fez questão de destacar o interstício de tempo, de sua iniciação na prática agroecológica e do uso de água da cisterna e do poço para produção. Nesse sentido, entendemos que o intuito dessa repetição desenfreada, era justificar as causas do seu eixo produtivo ser menor em comparação aos demais, já que o mesmo, possui proporções aproximadas aos outros lotes do entorno.

A parcela 02, apresentava apenas a cisterna de placas da P1MC, por opção do próprio agricultor, já que o poço artesiano existente na propriedade supria suas necessidades produtivas, que não eram agroecológicas, mas segundo o mesmo, havia elementos dessa prática. Ele se mostrou bastante solícito e ressaltou a importância das cisternas na vida dos residentes no semiárido.

#### **AUTONOMIA E SOBERANIA: ESTADO, ORGANIZAÇÕES E AGRICULTORES, COMO VOZES QUE SE SOBREPÕEM, TRANSFORMAM E IDENTIFICAM A REALIDADE SEMIÁRIDA.**

Levando em consideração esses aspectos apresentados, o contexto autônomo ou soberano buscado durante a construção acadêmica, mostrou que dentro da realidade semiárida há uma sobreposição hierárquica das vozes, e, por conseguinte, discursos diferenciados que intimamente estarão ligados a condição que o ator social estiver ocupando no espaço. Diante disso, houve a busca metodológica afim de selecionar as figuras representativas e abrir espaço suficiente para abarcar os elementos vindouros, que contribuíssem com as discussões já abordadas ou fossem capazes de proporcionar avanços em áreas que estivessem em segundo plano. Dentro dessa perspectiva, buscou-se analisar o encaixe entre os discursos proferidos pelos indivíduos entrevistados e os termos trabalhados na pesquisa.

Uma voz de destaque na região é o Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR), instituição não governamental fundada no ano de 1992, mas com ações iniciadas apenas em 1994, tem-se como principais fundadores um grupo de agricultores e lideranças sindicais. A instituição atua em três eixos relevantes na região: Convivência com o semiárido, acesso ao mercado, gênero e juventude. Trazer o CECOR para linha de frente nesse trecho do trabalho, é abrir espaço em direção a aproximação das impressões acadêmicas a vivências de campo das entidades representativas e, dessa forma, construir fidedignamente a imagem do território rural a qual nos reportamos no capítulo anterior. Dessa forma, foram entrevistados dois representantes da equipe técnica do CECOR, inclusive um técnico de campo do assentamento Laginha, de modo que, as impressões sobre a região foram questionadas e discutidas de forma ampla.

As linhas de atuação são corroboradas durante a entrevista e são suscitadas as questões da assessoria técnica aos (as) agricultores (as) do Semiárido. Indagados se a congregação de benefícios recebidos e práticas sustentáveis implementadas nos lotes dos (as) agricultores (as) assentados (as), culminariam num desenvolvimento diferenciado desses espaços, e ainda sim, se esse eixo de profusão de tecnologias sociais sustentáveis, estaria no bojo da autonomia e/ou da soberania alimentar. A resposta de ambos foi da seguinte maneira e dentro de duas perspectivas.

A primeira em relação ao lote 01:

“Eles já são uns agricultores que estão num nível, **que a partir dali eles por eles mesmos vão só melhorando, só aperfeiçoando e melhorando cada vez mais o trabalho deles na propriedade** [...] A partir daí eles podem caminhar com as próprias pernas. Não existe 100%, mas eles estão num perfil de agricultores que já estão autônomos.” (Entrevista, Técnico 1, Serra Talhada-PE, 28/09/2017) (Grifos nossos)

Da continuidade a assessoria técnica recebida no lote 01, o mesmo é considerado um dos primeiros no assentamento Laginha a entrar no contexto de técnicas e práticas sustentáveis. É importante ressaltar, que a fala dos entrevistados reporta a questão hipotética dos camponeses não necessitarem do assessoramento técnico no futuro ou nessa colaboração ser cortada por algum problema nas instituições que apoiam estes.

A segunda perspectiva, essa de feitiço geral, remete a outros lotes do mesmo assentamento, na qual o entrevistado suscita a seguinte questão: “tem um longo caminho para percorrer.” Essa visão é mais próxima da realidade do assentamento e tida como a que melhor representa o mesmo, pois existem diferentes realidades de desenvolvimento, entre os agricultores beneficiados, que serão contextualizados quando as vozes dos mesmos forem suscitadas neste trabalho.

O Secretário Municipal José Pereira (Zé Pereira), à frente da pasta de agricultura e Recursos Hídricos desde o ano de 2013, foi bastante solícito na realização da entrevista. Filho de agricultor, o mesmo está cursando tecnólogo em gestão ambiental e tem sua vida pública iniciada em meados de 1997, quando iniciou as participações em associações comunitárias rurais, cooperativas e no movimento sindical, sendo inclusive, responsável pelo projeto de reforma agrária no município de Serra Talhada, que hoje conta com 34 assentamentos rurais, dos quais, Laginha, está inserido.

Segundo o próprio, a pasta tem ações voltadas ao trabalho orgânico, a recuperação ambiental do que foi destruído a partir da ação antrópica, a sementeira municipal com

distribuição de mudas de plantas nativas, que demanda estratégias sustentáveis na pretensão de revitalizar as nascentes de rios e riachos, além de recuperar outras áreas degradadas. Outra estratégia bastante citada, é a perfuração de poços que vem sendo desenvolvidos nas comunidades em benefício da população, mas que sofre atribuições pela qualidade da água encontrada.

Indagado se os subsídios congregados culminariam uma situação diferenciada que estivesse entre a autonomia ou a Soberania Hídrico-Alimentar, o secretário fez a seguinte abordagem quanto a pasta que está comandando:

Essa é uma luta que a gente vem, principalmente eu [...] A **agricultura (secretaria do município)** nunca teve apoio dos governos; é a primeira vez que um governo está atendendo, está levando ações, desenvolvimento, capacitações para os agricultores [...] (José Pereira, Entrevista, Serra Talhada -PE, 26/09/2017)

92

Quando frisa essa ação da secretaria nas comunidades rurais do município, o representante municipal destaca a assistência técnica disponibilizada que tem o intuito “ensinar” a produzir os seus próprios alimentos e não apenas levar, como também capacitar esses agricultores para a comercialização dos seus produtos nas feiras da cidade, além de contemplar o que ele compreende por autonomia da seguinte forma:

Nós queremos dar autonomia, liberdade para cada um poder andar com as próprias pernas, produzir o seu produto e saber onde vai vender e como vai vender, quanto mais ele produzir melhor, melhor vai ser a comercialização porque a população vai ter credibilidade no produto que ele está vendendo então já vai gerar uma cadeia rotativa entre produtor familiar e consumidor [...] (José Pereira, Entrevista, Serra Talhada -PE, 26/09/2017)

Apesar de enfatizar a esfera final do processo produtivo e da comercialização, percebe-se nas entrelinhas que só haverá esse desenvolvimento caso as estratégias do governo e das ONG's andem em harmonia. Sendo assim, as ideias e ações desenvolvidas pela prefeitura de Serra Talhada, atreladas a concepção de autonomia surpreendem pela proximidade campo-secretaria que tendem a sugerir um discurso de empoderamento aos (as) agricultores (as).

Entendidos como peças relevantes do processo pesquisado no território semiárido pernambucano, os (as) agricultores (as) se inserem na qualidade de vozes das ativas no sertão do Pajeú, falas que possuem a incumbência de reivindicar os novos elementos, que visem o desenvolvimento, além de replicar as virtudes e fragilidades dos sistemas propostos para o progresso na região. Sendo assim, o argumento advindo deles (as) é uma eclosão de eixos vividos, observados a partir da sobriedade de seus discursos ao refletirem os respectivos lotes e a região, mesmo não abordando os termos propostos nessa produção.

Dentre os (as) entrevistados (as) no período de campo, foram selecionados (as) três agricultores (as), esses (as) em estágios diferentes de beneficiamento e de desenvolvimento produtivo, com o intuito de compreender, como cada um construía o conhecimento de seu lote e, se consideravam que, no futuro, por motivo de emancipação ou corte de assessoramento e/ou finalização de trabalhos de entidades representativas, se os mesmos conseguiriam viver ou estabilizar-se na terra com o que vinha desenvolvendo em suas nas suas propriedades.

Conforme esperado, as contribuições foram de acordo com o tempo e a quantidade de benefícios recebidos pelos mesmos, mas a atribuição de uma nomenclatura para designar

esse processo trouxe uma fuga de tema e foi compreendida de forma diferenciada pelos mesmos. Para preservar a identidade dos (as) agricultores (as) entrevistados (as) serão atribuídos os numerais 1,2 e 3 para cada um, sendo o primeiro o melhor desenvolvido, o segundo o que tem desenvolvimento intermediário e o terceiro o que tem esboço de crescimento inicial.

Ambos os três estavam cumprindo com atividades diárias no momento da visita e algumas entrevistas aconteceram nas áreas produtivas, em movimento quase contínuo e outras em lugares estáveis, como as varandas da casa. O objeto principal das questões era a compreensão da autonomia/soberania a partir das cisternas da P1MC e P1+2, a prática agroecologia e desenvolvimento de outras estratégias sustentáveis.

Questionados se conseguiriam viver no futuro sem o auxílio de governos ou entidades os contextos de resposta foram os seguintes:

Hoje, hoje eu trabalho com meu ponto de fonte que eu tenho e na roça. Aí nem tudo a gente hoje está fazendo só. Porque a gente tem muito acompanhamento! Mas daí no caso, não teria, não poderia ter mais acompanhamento; “Pronto, não vai ter mais acompanhamento. Você se virá” eu já desenrolo. Já dar para sobreviver bastante. (Agricultor 1 -Assentamento Laginha)

O agricultor 02, complementou e forma sucinta: “Dá sossegado” e o agricultor 03 pelas características iniciais do processo em seu lote foi mais reticente e respondeu da seguinte maneira: “Assim, por conta da gente mesmo é um pouco difícil a gentes sempre precisa de ajuda porque a gente sozinha não [...] tem que ter uma ajuda do governo, uma fiscalização, uma coisa pra gente.”

Quanto a nomenclatura para esse processo os agricultores 1 e 3 não chegaram a uma conclusão sobre esse processo que pode estar em curso na região. Enquanto o agricultor 2 definiu da seguinte forma: “É uma auto sustentabilidade. Se auto sustentar com o que eu já tenho? Sem ninguém vir me ajudar? O que tem já. Eu me sustento daqui graças a Deus, já tiro o sustento todinho daqui [...]” (sic) (Agricultor 2- Assentamento Laginha).

É possível observar que os contornos trazidos pelos agricultores contribuem com o estudo apesar de não trazerem a abordagem e os termos conclusivamente. Constata-se assim, que os termos abordados são acadêmicos e que não refletem diretamente no conhecimento e no cotidiano de vida dos (as) agricultores (as).

Ressalta-se ainda, que essas vozes representativas, são apenas algumas das que contribuem com a região semiárida, uma vez que não podemos naturalizar a visão do CECOR como ponto de vista das outras ONG's atuantes, situar a contribuição do secretário municipal, com a visão instituída pelos representantes governamentais e tampouco usar a fala dos agricultores entrevistados no sertão do Pajeú, para determinar os rumos conceituais e aplicáveis dos conceitos estudados.

## NOTAS FINAIS

A racionalidade do pensamento e as estratégias sustentáveis desenvolvidas pelos atores sociais para a convivência com o semiárido tendo como um dos princípios as tecnologias sociais, vem desencadeando mudanças conjunturais no cotidiano das famílias rurais, como no caso do assentamento Laginha e nas questões produtivas a partir da construção de

cisternas que garantem o armazenamento hídrico, estratégias produtivas apropriadas e assessoramento técnico das famílias inseridas na região. A implementação *per se* traria impacto nas dinâmicas estabelecidas, e quando analisadas sob uma égide de congregação de tecnologias pautam um modo diferenciado de vida para os agricultores e suscitam uma realidade autônoma.

Os contextos autônomos e soberanos no semiárido, ainda possuem caráter pontual, mas é importante ir traçando os caminhos deste debate, sendo esses contextos, vistos em lotes específicos e/ou comunidades experimentadoras, com experiências exitosas, utilizadas pelas organizações mantenedoras dos programas e projetos desenvolvidos pela convivência na região. Pode-se afirmar que o caso do lote 03, do Assentamento Laginha, tem contribuição direta do agricultor e de seus familiares, no sentido de mudança de pensamento, de modo que, eles são considerados referência regional, tendo as experiências desenvolvidas nas dependências do seu lote apresentadas como exemplo a outros agricultores.

Por fim, os termos abordados nessa produção, revelaram-se apenas com conotação acadêmica e, o cotidiano de mudanças, visto em curso na região, mesmo em contextos diferenciados de desenvolvimento, ainda não reflete de forma prática na vida dos (as) agricultores (as) assentados (as), no que concerne, a implementação desigual dos programas apoiados na convivência com o semiárido, nos territórios rurais, que dificultam os caminhos para a autonomia/soberania. O CECOR, uma das entidades atuantes no semiárido, corrobora o argumento de que os discursos formulados/proferidos na pesquisa, sobre Autonomia/Soberania no semiárido, não são palpáveis ou de fácil aplicabilidade ao contexto. Sendo assim, os termos que ainda são incipientes academicamente e mostram fragilidade, ainda maior, quando abordados no território de vivência.

As fragilidades observadas, podem ter uma acentuação, devido ao contexto de cortes estridentes nos orçamentos das políticas públicas, sociais, educação e na saúde do país, promovidos pelo atual presidente da república, de maneira que, ameaça os ganhos advindos com as políticas públicas em benefício aos residentes no semiárido e tendem frear os avanços dos (as) agricultores (as) nas questões abordadas.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. Brasília, 2013. In: **Convivência com o semiárido brasileiro autonomia e protagonismo social**. Ed. IABS. Brasília, 2013, p. 63-70.

BUAINAIN, A.M.; GARCIA J.R. **Polos de Irrigação no Nordeste do Brasil: desenvolvimento recente e perspectivas**. In: Revista Confins. Revista Franco Brasileira de Geografia V. 23, 2015. Disponível em: <<https://confins.revues.org/10031>> Acesso em: 22/08/2017.

BRASIL. Instituto Nacional do Semiárido. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. Campina Grande: INSA, 2012

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; CAMPOS, Rosana Soares. Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. In: Scripta Nova – **Revista Electrónica de**

**Geografía y Ciencias Sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. XI, núm. 245 (68), agosto de 2007.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Os campos de pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, *Mônica Molina*(Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão.** 2006.

GALINDO, Wedna C. M.. **INTERVENÇÃO RURAL E AUTONOMIA: A experiência da Articulação no Semi-Árido/ASA em Pernambuco.** 1. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008. v. 1. 142p

Instituto de Tecnologia Social. In: **TECNOLOGIA SOCIAL: Uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

MATTOS, Luis Cláudio Mattos; FARIAS JÚNIOR, Mário. **Manual do biodigestor sertanejo/** Luis Cláudio Mattos, Mário Farias Júnior. – Recife: Projeto Dom Helder Camara, 2011

MOURA, Marcilio Batista Magalhães Moura. **Tecnologias sociais no Semiárido Pernambucano: Território, Autonomia e Soberania em Comunidades Rurais de Serra Talhada/PE.** Recife, 2017.

PONTES, Emílio Tarlis Mendes. **Transições paradigmáticas, do combate à seca à convivência com o semiárido nordestino.** O caso do Programa um milhão de cisternas no município de Afogados da Ingazeira-PE. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFPE, 2010. 180 f.

\_\_\_\_\_, Emilio Tarlis Mendes. **A convivência com o semiárido no contexto sulamericano: segurança hídrica em Afogados da ingazeira (Pernambuco, Brasil) e Graneros (Tucumán, Argentina).** Tese (Doutorado em Geografia) UFPE, 2014. 247 f.

ROCHA, José Camelo. **Soberania e Segurança Alimentar no Semiárido.** In: A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. Brasília, 2013. In: *Convivência com o semiárido brasileiro autonomia e protagonismo social.* Ed. IABS. Brasília, 2013, p.125-133.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato.(org). **“Geografia: Conceitos e Temas”.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.